



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

22/08/2016 ATÉ 22/08/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 IMIRANTE.COM.....	2
	2.2 SITE O MARANHENSE.....	3
	2.3 SITE O QUARTO PODER.....	4 5
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ATUAL 7.....	6 7
4	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	8
5	MUTIRÃO CARCERÁRIO	
	5.1 SINAL VERDE DE CAXIAS.....	9
6	VARA CRIMINAL	
	6.1 SITE O MARANHENSE.....	10
7	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	7.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	11

Rejeição de contas e condenação tiram Dr. Washington e José Baldoíno das eleições

22/08/2016 11:48:33

No município de Bacuri, dos seis pedidos de registro de candidatura solicitados ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão, pelo menos dois devem ser indeferidos: o do ex-prefeito da cidade, Washington Oliveira, o Dr. Washington (PDT); e do atual gestor, José Baldoíno Nery (PP).

Com 23 contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), Dr. Washington tenta voltar ao comando do município com base na nova decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de que é exclusivamente da Câmara Municipal a competência para julgar as contas de governo e as contas de gestão dos prefeitos.

Ocorre que, além da ficha suja junto ao TCE, o pedetista não pode concorrer ao pleito porque teve suas contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores de Bacuri, o que o torna inelegível por oito anos com base na Lei da Ficha Limpa e pelo decidido pelo próprio STF.

Já Baldoíno Nery, por sua vez, foi condenado recentemente pelo Poder Judiciário estadual por improbidade administrativa.

O julgamento em questão foi sobre o caso de irregularidades no processo licitatório da empresa Conservis Construções, Comércio e Serviços Ltda, que prestava serviços de transporte escolar em Bacuri. O caso começou a ser investigado pelo Ministério Público do Maranhão após acidente com pau-de arara, que transportava alunos, ter deixado oito estudantes mortos e o mais oito com lesões corporais. [A descoberta de que a empresa era de fachada foi feita pelo ATUAL7](#), um dia após o trágico acidente.

Entre as penalidades foi determinada a perda imediata do mandato de Baldoíno, além do ressarcimento de R\$ 1.092.700,00 (um milhão, noventa e dois mil e setecentos reais) aos cofres públicos e multa no mesmo valor.

Pela Lei da Ficha Limpa, ele também é considerado inelegível pelo período de oito anos, e por isso não poderá concorrer ao pleito.

Rejeição de contas e condenação tiram Dr. Washington e José Baldoíno das eleições

Ambos não podem concorrer por oito anos. Inelegibilidade é por enquadramento na Lei da Ficha Limpa

No município de Bacuri, dos seis pedidos de registro de candidatura solicitados ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão, pelo menos dois devem ser indeferidos: o do ex-prefeito da cidade, Washington Oliveira, o Dr. Washington (PDT); e do atual gestor, José Baldoíno Nery (PP).

Com 23 contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), Dr. Washington tenta voltar ao comando do município com base na nova decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de que é exclusivamente da Câmara Municipal a competência para julgar as contas de governo e as contas de gestão dos prefeitos.

Ocorre que, além da ficha suja junto ao TCE, o pedetista não pode concorrer ao pleito porque teve suas contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores de Bacuri, o que o torna inelegível por oito anos com base na Lei da Ficha Limpa e pelo decidido pelo próprio STF.

Já Baldoíno Nery, por sua vez, foi condenado recentemente pelo Poder Judiciário estadual por improbidade administrativa.

O julgamento em questão foi sobre o caso de irregularidades no processo licitatório da empresa Conservis Construções, Comércio e Serviços Ltda, que prestava serviços de transporte escolar em Bacuri. O caso começou a ser investigado pelo Ministério Público do Maranhão após acidente com pau-de arara, que transportava alunos, ter deixado oito estudantes mortos e o mais oito com lesões corporais. [A descoberta de que a empresa era de fachada foi feita pelo ATUAL7](#), um dia após o trágico acidente.

Entre as penalidades foi determinada a perda imediata do mandato de Baldoíno, além do ressarcimento de R\$ 1.092.700,00 (um milhão, noventa e dois mil e setecentos reais) aos cofres públicos e multa no mesmo valor.

Pela Lei da Ficha Limpa, ele também é considerado inelegível pelo período de oito anos, e por isso não poderá concorrer ao pleito.

Paço do Lumiar, Raposa e Ribamar recebem treinamento sobre PJE

22/08/2016 04:00:00

Magistrados e servidores de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar - termos judiciários da Comarca da Ilha de São Luís - receberão capacitação em Processo Judicial Eletrônico (PJe) a partir desta segunda-feira (22), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

O treinamento se estenderá até o dia 2 de setembro, das 9h às 12h, e das 14h às 18h, e é ministrado por analistas da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O objetivo é apresentar as funcionalidades do sistema, esclarecendo dúvidas e superando dificuldades no manuseio da nova ferramenta processual.

A capacitação acompanha o cronograma de implantação do processo eletrônico nas unidades judiciais da Comarca da Ilha de São Luís, cuja virtualização já foi concluída em todas as varas de Família e na Vara de Interdição, Sucessão e Alvará da capital.

Nessas unidades judiciais, a prática de atos processuais e sua representação já estão sendo feitas, exclusivamente, por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) desde o dia 27 de junho deste ano.

A movimentação eletrônica dos processos nas mencionadas unidades permite o ajuizamento de ações e demais petições diretamente pela internet, 24 horas por dia - inclusive nos fins de semana e feriados, sem a necessidade de deslocamento ao Fórum de São Luís.

"A implantação do PJe representa um verdadeiro marco no Judiciário maranhense, pois o sistema implementa um novo paradigma na forma de tratar processos judiciais, permitindo que a tão almejada celeridade processual seja alcançada, com ganhos de produtividade e eficiência", afirma o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto.

SISTEMA - O PJe é um software que permite a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial.

Entre os benefícios trazidos pela ferramenta destacam-se a celeridade processual, redução do tempo de tramitação dos processos no tribunal, elevando a produção de julgados e dando maior velocidade na resposta a demandas individuais e coletivas o âmbito da Justiça estadual.

Autores de crimes contra a mulher são condenados em Itapecuru-Mirim

Em um dos casos, o acusado de tortura praticou o crime contra a companheira. No outro, o réu foi sentenciado por matar a própria mãe

Foto: Julgamento

A juíza Laysa de Jesus Paz Mendes, titular da 1ª Vara de Itapecuru-Mirim e respondendo pela 3ª, presidiu duas sessões do Tribunal do Júri na última semana. Na pauta dos julgamentos, acusados de prática de crimes contra mulheres e nos dois casos os acusados foram condenados. As sessões ocorreram nos dias 16 e 17 passados, na Câmara de Vereadores de Itapecuru-Mirim. As ações foram integrantes da V Semana Justiça Pela Paz em Casa, promovida pelo Poder Judiciário em todo o Brasil.

No primeiro caso o réu foi Miguel Rodrigues Mendes. Ele era acusado de feminicídio, mediante tortura, praticado contra a companheira Rosanília Campelo da Conceição, em junho do ano passado. Miguem Mendes foi considerado culpado e recebeu a pena de 14 anos de reclusão, em regime fechado, sem o direito de recorrer em liberdade.

No dia 17 de agosto, foi a vez de ser julgado Antonio Abreu Santos, que, em novembro de 2013, matou a própria mãe, Maria da Luz Ribeiro de Abreu. Consta na denúncia que o acusado teria atingido a mãe com golpes na cabeça, deixando-a desacordada. Ela teria sido, ainda, enterrada viva pelo próprio filho, em um buraco cavado pelo réu nas proximidades da casa da vítima.

De acordo com o inquérito, o crime foi motivado pela desaprovação da vítima à relação incestuosa que o assassino mantinha com a própria irmã, menor de idade. O réu foi condenado a 19 anos de reclusão, em regime fechado, sem direito a apelar em liberdade. “Durante a semana, também houve a pronúncia de um outro acusado de feminicídio, além de dezenas de audiências instrutórias criminais e de conciliação em processos de família”, informou Laysa Mendes.

Justiça Pela Paz em Casa

A “V Semana Nacional Justiça pela Paz” em Casa aconteceu até o dia 19 de agosto, em todos os tribunais do país, período em que foram priorizadas ações judiciais que tiveram como vítima ou partes interessadas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, assegurou o empenho e participação dos juízes do estado, não apenas durante a semana, na priorização das ações e combate à violência contra a mulher. “Estaremos sempre comprometidos em diminuir o atraso nos processos e o acervo que envolva mulheres vítimas de violência”, disse a corregedora.

A abertura do evento no Maranhão contou com a presença da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lucia, idealizadora da campanha, da presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA (CEMulher), desembargadora Ângela Salazar, e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, entre outras autoridades e representantes dos governos estadual e municipal.

Justiça derruba exigências para CFO e prorroga inscrições

Decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos retirou requisitos considerados inconstitucionais como altura mínima e limite de idade para candidatos civis

Data: 22 de Agosto de 2016 | Atualizada em 22/08/2016 - 16h58min

Foto: Uema

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, deferiu o pedido de tutela de urgência, obrigando a Universidade Estadual do Maranhão (Uema) a afastar requisitos considerados abusivos que limitam a inscrição no vestibular para o curso de Formação de Oficiais (CFO). Com a decisão, as inscrições ficam prorrogadas por dois dias, a partir da data da intimação e publicização da medida. A decisão ocorreu mediante ação civil pública ajuizada pela defensora pública titular do Núcleo de Atendimento Cível, Kamila Barbosa Damasceno.

Ficou definido que os candidatos civis na faixa etária de 28 a 35 anos poderão se inscrever, normalmente, inclusive afastando a distinção inconstitucional entre civis e militares. Outra solicitação atendida pelo Judiciário diz respeito ao limite de altura definido em edital. Os candidatos do sexo feminino, que possuam menos de 1,60m, e do sexo masculino, com menos de 1,65 m, estão aptos à inscrição no processo seletivo. Os candidatos que não possuem Carteira Nacional de Habilitação e que possuam sinais adquiridos, tais como orifícios na orelha, no septo nasal, tatuagens e deformidades decorrentes de uso de alargadores também estarão aptos para fazer a inscrição.

Segundo Kamila Barbosa, as exigências do edital são consideradas impertinentes, inconstitucionais, desarrazoadas, ilegais e em dissonância com o entendimento jurisprudencial. “Há inúmeras pessoas que pretendem prestar vestibular para o Curso de Formação de Oficiais (CFO), que vêm sendo impedidas de fazê-lo, em clara ofensa aos seus direitos mais básicos, dentre os quais o de concorrer, em igualdade de condições com os demais candidatos, em certame público”, ressaltou a defensora, que também destacou a importante participação do defensor público Fábio Magalhães Pinto, titular do Núcleo Cível e da Fazenda Pública, que acompanhou o andamento do processo no Fórum.

Em um dos trechos da decisão, o magistrado ressalta que a Constituição permite a adoção de requisitos específicos para o acesso aos cargos de natureza militar tendo em vista a peculiaridade da atividade. No entanto, esses critérios específicos e excepcionais devem guardar uma razoabilidade, haja vista os próprios fins das atividades inerentes aos cargos.

Judiciário promove semana do encarcerado em Caxias

Publicado às 22/08/2016 17:25:38

Foi no Fórum de Caxias a solenidade de abertura da 17ª Semana do Encarcerado, que este ano tem foco nos “Pilares do Trabalho e Educação”.

A Semana do Encarcerado é realizada pela Secretaria Estadual da Justiça e da Administração Penitenciária. Na capital aconteceu do dia 13 a 21. E em Caxias, segue até esta sexta-feira.

Na abertura, presença de representantes da Polícia Civil, Militar, Defensoria Pública, Judiciário e UPR, Unidade Prisional de Ressocialização. Ao longo desta semana, os internos terão mais atividades de estímulo ao processo de ressocialização e humanização.

A juíza Marcela Santana Lobo, em sua fala aos presentes, destacou os números da unidade de ressocialização de Caxias, que hoje tem lotação de 194 presos, com capacidade para 82. 137% acima da capacidade. Ela lembrou a importância da implantação do espaço infantil para filhos de detentos.

O trabalho junto aos apenados é acompanhado por uma equipe especializada. Representes do sistema prisional que atuam em todo o estado falaram da importância da Semana do Encarcerado. As apresentações no evento foram acompanhadas por estudantes de direito.

Fonte: TV Sinal Verde Caxias

Judiciário em Zé Doca divulga resultados de mutirão previdenciário

21/08/2016 07:30:03

"Um trabalho árduo que buscou garantir aos cidadãos da Comarca de Zé Doca, especialmente da zona rural, uma gama de direitos". Foi desta forma que a juíza Denise Pedrosa Torres definiu o Mutirão Previdenciário, evento coordenado e realizado pela 1ª Vara de Zé Doca. O mutirão ocorreu de 15 a 18 de agosto, com a realização de 340 audiências na sede do Fórum de Zé Doca. Nas atividades, o Poder Judiciário contou com a parceria do Instituto Nacional de Seguridade Social, representado pela Procuradora Federal Maria Helena das Graças Guimarães e pelo preposto Fernando Soares, que é Técnico do Seguro Social.

De acordo com informações da secretaria judicial, as audiências de conciliação resultaram em 268 sentenças, incluindo acordos 144 propostos pelas partes e homologados pela Justiça, 124 sentenças de extinção e, os demais ficaram com audiências de instrução e julgamento já com datas designadas ou conclusos para sentença. "É válido observar que os valores dos referidos acordos a título de retroativos serão pagos sob a forma de Requisição de Pequeno Valor, em até 60 dias da data de apresentação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que serão encaminhados após o trânsito em julgado das sentenças homologatórias", destacou Denise Pedrosa.

A juíza observou que o propósito do mutirão foi solucionar um maior número de demandas em menor espaço de tempo nos processos de natureza previdenciária em tramitação nesta comarca e que consistem, em sua maioria, em pedidos de benefícios de aposentadoria por idade, auxílio-doença ou invalidez, pensão por morte e salário-maternidade formulados por trabalhadores rurais da região de Zé Doca. Além da magistrada e dos representantes do INSS, atuaram no mutirão em Zé Doca os advogados Paulo Marcelo Costa Silva, Jaime Ferreira de Araújo Filho, Isaura Cristina Araújo de Macêdo, Luanna Cristhyna Silveira Costa Silva, Karine Peres da Silva Sarmento, César Augusto Pacífico de Paula Maux, João Oliveira Gama Neto, e Francisco Fernandes de Lima Filho.

"É notório que a realização de mutirões dessa natureza traz benefício para todos. O judiciário ganha em ter o número de processos reduzidos e sanados e os jurisdicionados por ter os seus anseios atendidos e o município por receber injeção de recursos financeiros, pois a conciliação é a melhor forma para o alcance do objetivo do processo, que é a forma célere, sem interposição de recursos e anos a fio de batalha judicial e que sem o trabalho conjunto, entre a Procuradoria do INSS e a 1ª Vara desta comarca, nada poderia ser feito", enfatizou Denise Pedrosa.

Ao final, a magistrada Denise Pedrosa Torres destacou o trabalho realizado pelos representantes do INSS, dos advogados e das partes, em especial aos servidores da Vara. "Mesmo diante de um diminuto efetivo de servidores em atividade e diante de um elevado número de processos na unidade, todos não mediram esforços para o êxito do mutirão. Eu externo os parabéns a todos que se envolveram nessas atividades", disse ela.

O mutirão contou com o médico José Ernani Gomes de Oliveira na realização das perícias médicas e com a assistente social Juliana Cavalcante, que as perícias social e econômica. A magistrada informou, ainda, que as atividades no fórum transcorreram normalmente durante o mutirão previdenciário.

POSTLINK%%

Fórum de São Luís organiza campanha em prol de pacientes com câncer

21/08/2016 07:00:18

O Fórum Des. Sarney Costa está organizando uma campanha em prol dos hospitais Geral e Aldenora Bello e da Fundação Antônio Brunno, localizados em São Luís e que se dedicam ao tratamento dos pacientes com câncer no Maranhão. Além de arrecadar recursos financeiros e materiais de limpeza, por meio da campanha intitulada "Outubro Rosa" e "Novembro Azul" serão promovidos eventos como palestras e exposição fotográfica.

Quem desejar contribuir poderá também adquirir a camiseta com as logomarcas da campanha "Outubro Rosa" e "Novembro Azul", ao preço de R\$ 25,00. Os interessados devem encaminhar pedido para os e-mails forumcultural@tjma.jus.br ascomforumsaoluis@gmail.com. Os recursos arrecadados com a venda serão utilizados para cobrir os gastos da campanha e também revertidos em prol das três instituições que se dedicam ao tratamento dos pacientes com câncer.

A iniciativa é do Fórum de São Luís, por meio da Diretoria, Divisão Médica e da Assessoria e Comunicação. As atividades referentes à campanha ocorrerão nos meses de outubro e novembro. Durante o "Outubro Rosa" serão realizados uma série de eventos entre os quais a Exposição de Fotografia de Mulheres Mastectomizadas, palestras e campanhas de doação de materiais de limpeza. Direcionado para o público masculino, o "Novembro Azul" dará ênfase à prevenção do câncer de próstata, com palestras e debates. Informações sobre a campanha pelo telefone (98) 3194-5650 (Ascom).

POSTLINK%%

Casos de violência contra a mulher são julgados em Itapecuru-Mirim

22/08/2016 09:40:58

A juíza Laysa de Jesus Paz Mendes, titular da 1ª Vara de Itapecuru-Mirim e respondendo pela 3ª, presidiu duas sessões do Tribunal do Júri na última semana. Na pauta dos julgamentos, acusados de prática de crimes contra mulheres e nos dois casos os acusados foram condenados. As sessões ocorreram nos dias 16 e 17 passados, na Câmara de Vereadores de Itapecuru-Mirim. As ações foram integrantes da V Semana Justiça Pela Paz em Casa, promovida pelo Poder Judiciário em todo o Brasil.

No primeiro caso o réu foi Miguel Rodrigues Mendes. Ele era acusado de feminicídio, mediante tortura, praticado contra a companheira Rosanilia Campelo da Conceição, em junho do ano passado. Miguel Mendes foi considerado culpado e recebeu a pena de 14 anos de reclusão, em regime fechado, sem o direito de recorrer em liberdade.

No dia 17 de agosto, foi a vez de ser julgado Antonio Abreu Santos, que, em novembro de 2013, matou a própria mãe, Maria da Luz Ribeiro de Abreu. Consta na denúncia que o acusado teria atingido a mãe com golpes na cabeça, deixando-a desacordada. Ela teria sido, ainda, enterrada viva pelo próprio filho, em um buraco cavado pelo réu nas proximidades da casa da vítima.

De acordo com o inquérito, o crime foi motivado pela desaprovação da vítima à relação incestuosa que o assassino mantinha com a própria irmã, menor de idade. O réu foi condenado a 19 anos de reclusão, em regime fechado, sem direito a apelar em liberdade. "Durante a semana, também houve a pronúncia de um outro acusado de feminicídio, além de dezenas de audiências instrutórias criminais e de conciliação em processos de família", informou Laysa Mendes.

Justiça Pela Paz em Casa - A "V Semana Nacional Justiça pela Paz" em Casa aconteceu até o dia 19 de agosto, em todos os tribunais do país, período em que foram priorizadas ações judiciais que tiveram como vítima ou partes interessadas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, assegurou o empenho e participação dos juizes do estado, não apenas durante a semana, na priorização das ações e combate à violência contra a mulher. "Estaremos sempre comprometidos em diminuir o atraso nos processos e o acervo que envolva mulheres vítimas de violência", disse a corregedora.

POSTLINK%%

Casos de violência contra a mulher são julgados em Itapecuru-Mirim

22/08/2016 14:56:40

A juíza Laysa de Jesus Paz Mendes, titular da 3ª Vara de Itapecuru-Mirim e respondendo pela 1ª, presidiu duas sessões do Tribunal do Júri na última semana. Na pauta dos julgamentos, acusados de prática de crimes contra mulheres e nos dois casos os acusados foram condenados. As sessões ocorreram nos dias 16 e 17 passados, na Câmara de Vereadores de Itapecuru-Mirim. As ações foram integrantes da V Semana Justiça Pela Paz em Casa, promovida pelo Poder Judiciário em todo o Brasil.

No primeiro caso o réu foi Miguel Rodrigues Mendes. Ele era acusado de feminicídio, mediante tortura, praticado contra a companheira Rosanilia Campelo da Conceição, em junho do ano passado. Miguel Mendes foi considerado culpado e recebeu a pena de 14 anos de reclusão, em regime fechado, sem o direito de recorrer em liberdade.

No dia 17 de agosto, foi a vez de ser julgado Antonio Abreu Santos, que, em novembro de 2013, matou a própria mãe, Maria da Luz Ribeiro de Abreu. Consta na denúncia que o acusado teria atingido a mãe com golpes na cabeça, deixando-a desacordada. Ela teria sido, ainda, enterrada viva pelo próprio filho, em um buraco cavado pelo réu nas proximidades da casa da vítima.

De acordo com o inquérito, o crime foi motivado pela desaprovação da vítima à relação incestuosa que o assassino mantinha com a própria irmã, menor de idade. O réu foi condenado a 19 anos de reclusão, em regime fechado, sem direito a apelar em liberdade. "Durante a semana, também houve a pronúncia de um outro acusado de feminicídio, além de dezenas de audiências instrutórias criminais e de conciliação em processos de família", informou Laysa Mendes.

Justiça Pela Paz em Casa - A "V Semana Nacional Justiça pela Paz" em Casa aconteceu até o dia 19 de agosto, em todos os tribunais do país, período em que foram priorizadas ações judiciais que tenham como vítima ou partes interessadas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Na oportunidade, a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, assegurou o empenho e participação dos juízes do estado, não apenas durante a semana, na priorização das ações e combate à violência contra a mulher. "Estaremos sempre comprometidos em diminuir o atraso nos processos e o acervo que envolva mulheres vítimas de violência", disse a corregedora.

A abertura do evento no Maranhão contou com a presença da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lucia, idealizadora da campanha, da presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA (CEMulher), desembargadora Ângela Salazar, e do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, entre outras autoridades e representantes dos governos estadual e municipal.

O post [Casos de violência contra a mulher são julgados em Itapecuru-Mirim](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Semana da Justiça pela Paz em Casa em Passagem Franca

22/08/2016 14:53:25

A realização de 13 (treze) audiências envolvendo violência doméstica contra a mulher e palestra voltada para o público feminino marcaram a participação da comarca de Passagem Franca na V Semana da Justiça pela Paz em Casa promovida pelo Poder Judiciário do Maranhão nos últimos dias 15 a 19. A titular da comarca, juíza Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva, comandou os trabalhos.

Direitos das mulheres que sofrem violência doméstica, a importância da mulher denunciar a violência e o papel da mulher na sociedade foram alguns dos tópicos abordados na palestra ministrada pela magistrada e que antecedeu o evento.

Na comarca onde a quantidade de medidas protetivas de urgência em tramitação alcança o número de 30 (trinta) o tema violência contra a mulher foi reforçado ainda durante a realização das audiências envolvendo o tipo de violência.

Em sua avaliação sobre o evento, a titular da comarca afirma que a Semana da Justiça pela Paz em Casa foi de grande proveito para as mulheres vítimas de violência doméstica em Passagem Franca.

"O evento aqui realizado visou especificamente a coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, prevendo mecanismos específicos de proteção e assistência às mulheres que se encontram em tal situação e promovendo a igualdade material de gênero, tendo em vista o histórico de discriminação e violência por elas sofrido", enfatizou a magistrada.

O post [Semana da Justiça pela Paz em Casa em Passagem Franca](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).